REGISTRO

2013
01/Agosto
251

FNU FEDERAÇÃO NACIONAL DOS URBANITÁRIOS

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de MG

PPP do Manso é caso de Ministério Público

Transformam serviço público em mercadoria

As parcerias público privada (PPPs) não passam de uma privatização branca de serviços essenciais e que são responsabilidade do Estado. Serviços perfeitamente possíveis de serem realizados pela Copasa estão caminhando para cair no bolso de grandes empreiteiras, que buscam o lucro fácil através de serviços públicos, metendo a mão em arrecadação através de tarifas e ainda em desembolso de recursos públicos nas fases de investimento de obras de infra-estrutura. Ou seja, o Estado, o povo, paga para que empreiteiros possam absorver serviços públicos e continuar arrecadando com a estrutura para a qual pouco ou nada investiram.

A PPP do Rio Manso, como sempre afirmamos, é apenas um "balão de ensaio" para várias outras dentro da Copasa, até comer todas as atividades produtivas e lucrativas, deixando para o Estado e para o povo apenas as despesas... e os péssimos serviços!

Antes mesmo de conseguirem viabilizar a licitação da PPP do Rio Manso, com mudanças de projetos, de volume de dinheiro envolvido que exigem novas audiências públicas, investigação da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e do Ministério Público, a Copasa solta outro edital prevendo mais outra parceria privada para cuidar do sistema de esgotamento sanitário de Divinópolis. Esta é mais uma estratégia, a de entregar todos os sistemas de coleta e tratamento de esgotos dos municípios mineiros para as mãos das empreiteiras. Deve-se lembrar que a Copasa passa a cobrar nestes municípios percentuais que vão até 90% dos valores do abastecimento de agua como taxa pelos serviços de esgotos. A iniciativa da PPP para o sistema de esgotos de Divinópolis é apenas a primeira de uma série que contaminará toda Minas, entregando um patrimônio público para a universalização do saneamento nas mãos de quem só prestará os serviços conforme os lucros obtidos.

O economista João Batista Peixoto, que assessora o SINDÁGUA no processo licitatório da PPP do Rio Manso, chegou a afirmar em audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais que este projeto pode resultar em uma elevação de tarifa de 3,5% em todo o Estado e de até 7% de impacto sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os custos altos de uma PPP como a do Rio Manso vão implicar em aumento de tarifa de todos os munícipios, uma obra voltada para a metrópole que penaliza os bolsos dos consumidores de todo o Estado.

O SINDÁGUA abre várias frentes de batalhas para discutir melhor e impedir este instrumento nocivo para o interesse do povo de Minas Gerais, que ficará nas mãos de empreiteiras para pagarem caro pelo direito de termos o saneamento básico e ambiental garantidos, como prescreve a Constituicão Federal , responsabilizando o Estado por esta tarefa social. Ao mesmo tempo, conclamamos todos os trabalhadores para lutarmos contra este desmanche da Copasa, que significará precarização e eliminação de postos de trabalho e severos cortes de direitos conquistados em nossas lutas ao longo dos anos.

A PPP de serviços essenciais é um crime contra o povo. Um direito de todos não pode virar lucro de alguns. Contra as privatizações do Saneamento!

Copasa sendo privatizada: pense nisso!

Pitometria tem mais uma vitória pelo adicional de periculosidade

Depois de ganhar em primeira instância, em sentença e acórdão do Tribunal Regional do Trabalho, os trabalhadores na pitometria voltaram a dar outra goleada de 3 a 0 nos votos dos juízes, que decidiram o direito em recebem o adicional de periculosidade de 30% do salário nominal.

Os trabalhadores de Montes Claros, que ingressaram com a ação, deverão receber indenizações pelos últimos cinco anos trabalhados na situação de risco que prescreve o direito ao adicional. Quem não entrou com a ação deverá fazê-lo, para resguardar o direito à retroatividade.

Mesmo que a Copasa recorra, está claro para nós que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) irá confirmar a sentença das 1ª e 2ª instâncias judiciais.

Perseguição come solta na DVAS

Desde que o Sindicato denunciou pelo boletim REGISTRO um clima interno completamente deteriorado na DVAS e sérios problemas enfrentados pelos trabalhadores, a situação piorou muito mais ainda.

Os trabalhadores estão chamando a iniciativa do poderoso chefinho" de "Quadrilha Julina", de tantos balões punitivos aplicados aos companheiros. Quatro trabalhadores receberam balões de 29 dias de afastamento e outro trabalhador foi punido por 15 dias. Uma sessão que já teve mais de 120 trabalhadores, tem hoje cerca de 90, com um clima deplorável nas relações de trabalho. Todos reclamam que antes mesmo de conferir qualquer problema, a chefia já chega com o balão pronto, exigindo assinatura. Os companheiros reclamam de perseguição sistemática e nenhuma providência para reparar as condições precárias já apontadas através do boletim REGISTRO.

É por isto que a empresa não divulga os resultados de pesquisa de clima, que é apontada pelos trabalhadores como péssimo. Apontam que, apesar de serem obrigados a fazê-las, as horas extras podem ser lançadas apenas duas. Para viajarem, os depósitos de diárias são feitos em conta e os trabalhadores ficam sem dinheiro vivo para comprar lanches ou alguma emergência.

Identificamos também que é muito grande o desejo dos trabalhadores em saírem da sessão, apontando o autoritarismo da chefia como principal motivo, além das péssimas condições de trabalho.

O SINDÁGUA está encaminhando solicitação de correção destes problemas para o chefe de departamento operacional metropolitano, João Andrade, além de comunicar à área de Relações Humanas da Copasa, para coibir os abusos, que podem caracterizar processos de assedio moral dentro da empresa e, pior ainda, sacrificar trabalhadores qualificados e que reclamam estar sendo colocados nos pátios sem qualquer atividade.

PCCS Espera sentença judicial e avoluma erros

Os trabalhadores de inúmeras áreas têm ligado ao Sindicato com severas reclamações contra a Copasa por não fazer acertos em carreiras. Os companheiros apontam estarem fazendo substituições de aposentados e outros há muitos meses sem que a empresa faça os enquadramentos nas novas atividades.

Mais uma vez estão sendo caracterizados numerosos casos de desvios de função, aprofundando novo passivo para a empresa, que não se importa em corrigir sua gestão de pessoal.

Os trabalhadores aguardam com ansiedade o resultado da ação judicial do SINDÁGUA sobre o PCCS, que terá publicação de sentença por volta de 12 de agosto.